

Oposição quer acabar com a exceção

O líder do PMDB, senador Humberto Lucena, entende que não há porque uma cidade, como Brasília, ser exceção do jogo democrático nacional – e até no mundo, porque Washington também tem seus deputados e senadores – e por isso, defende eleições diretas em todos os níveis para o Distrito Federal. Apenas, o partido deixa a questão municipal para ser decidida pela futura Assembléia Legislativa, uma vez que isso tem implicações econômico-financeira. O PMDB acha que o Distrito Federal deve escolher por via direta o Governador, deputados, federais e estaduais, e os seus senadores, forma que para o partido daria a cidade representantes capazes de defender os interesses da população local. Caberá, contudo, à Assembléia Legislativa do Distrito Federal definir posteriormente, ao elaborar a Constituição do DF, o problema da

Câmara de Vereadores para Brasília e as cidades satélites, que para abrigar esse tipo de representação deveriam ser elevadas à condição de municípios. Neste caso, seria necessário pesar os envolvimentos financeiros, lembrou Humberto Lucena, que tal decisão acarreta. Mas por isso, o PMDB defende também com veemência uma reforma tributária que restabeleça a autonomia dos Estados e municípios, criando assim condições a que o Distrito Federal possa custear sua representação política.

O PDT

O PDT, como os demais partidos políticos, tem em tramitação alguns projetos que visam a estabelecer a representação política para o Distrito Federal. Segundo o vice-líder Júlio

Caruso, os pedetistas são favoráveis ao voto direto em todos os níveis, a partir da eleição do Presidente da República, também para prefeitos de capitais, governadores, deputados, senadores e nos municípios. Para Brasília, especificamente, entende o deputado que a cidade comporta uma representação política e sem ela acaba privada de um fórum onde debateria os problemas locais e pressionaria por soluções compatíveis a reivindicação popular. Para ele, a posição do PDT visa apenas a atender o preceito primeiro da Constituição, que diz que todo poder emana do povo. No entanto, lembrou Júlio Caruso, o Governador do Distrito Federal é nomeado pelo Presidente da República, que por sua vez é escolhido em voto indireto que representam o povo. Para o PDT, esse quadro deve ser substituído pela

manifestação democrática do povo, em eleições diretas.

O PDS

Por entender que Brasília é uma cidade especial, e como tal recebe tratamento também especial do Governo Federal, o líder do PDS, deputado Nelson Marchezan, é contrário a qualquer tipo de representação política aqui. Para ele, caso isso fosse adotado, acabaria criando problemas para a administração local, que como está obtém inclusive outras atenções do executivo. Marchezan assinala que Brasília tem suas características próprias como cidade administrativa e sede do Governo Federal e que elas precisam ser conservadas. Deste modo, prefere que aqui não se instale qualquer nível de representação, municipal, local ou federal.